



As crianças Gavião-Pykopjê e a comunicação através do trabalho¹

Emilene SOUSA²

Leide OLIVEIRA³

Rodrigo REIS⁴

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Resumo

Esta pesquisa visou verificar a socialização e a comunicação das crianças Gavião-Pykopjê através do trabalho. Ao longo do tempo a infância tem sido compreendida como a fase da vivência do lúdico. Assim, a realização de qualquer tipo de trabalho infantil negaria a vivência desta fase. Partindo da compreensão de que a infância é um construto cultural e que os seus sinais diacríticos vão variar de lugar para lugar investigamos qual a função social da criança indígena e sua contribuição para a comunidade, no que se refere à realização das tarefas destinadas a elas. Esta reflexão sobre o trabalho das crianças nas aldeias nos permitiu compreender a vivência do trabalho como importante experiência de comunicação.

Palavras-Chave: infância; crianças indígenas; trabalho; aprendizagem; comunicação.

Introdução

A literatura sócio-antropológica tem demonstrado que a infância, como construto cultural, é um processo e não um produto, que por isso está em constante transformação sendo sempre construído, desconstruído, estabilizado e legitimado pelas sociedades, culturas, ou mesmo pelas diferentes classes sociais dentro de uma mesma sociedade. Diante disso, seria correto falarmos de infâncias, e não infância, denotando a pluralidade dos modos como se constituem o ser criança e as infâncias brasileiras.

Se no que se refere às infâncias rurais ou urbanas, os estudos são ainda principiantes, o que dizer da infância indígena esquecida em todas as áreas de saber?

¹ Trabalho apresentado no IJ 06 – Interfaces Comunicacionais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFMA. É líder do Grupo de Estudos Educação, Cultura e Infância/GECEI – CNPq. Coordena o Conexões de Saberes no Campus II da UFMA, e-mail: emilenesousa@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFMA. Integrante do Grupo de Estudos Educação, Cultura e Infância/GECEI – CNPq. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão, e-mail: leide_s@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFMA. Integrante do Grupo de Estudos Educação, Cultura e Infância/GECEI – CNPq. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão, e-mail: rodrigo_tenetehara@hotmail.com



Pouco se tem dito sobre a vivência desta fase do ciclo de vida a que chamamos infância no que se refere às culturas indígenas no Brasil, principalmente no que tange a vivência dos rituais de iniciação e rituais de passagem, tão valorizados pela ciência antropológica, a aprendizagem formal (mediada pela escola) e informal (apreendida através da oralidade) e a ludicidade vivenciada de maneira muito peculiar pelas crianças indígenas.

Compreender a infância vivenciada pelas crianças indígenas Gavião-Pikopjê no Maranhão nos permitiu apreender os modos culturais através dos quais as práticas da infância se manifestam legitimando o relativismo cultural próprio da ciência antropológica e possibilitando, além de um conhecimento aprimorado da infância indígena Gavião-Pikopjê, uma nova leitura sobre as condições de vivência da infância de povos tradicionais indígenas na contemporaneidade.

Assim, além de atentarmos para o fato de que a infância se faz presente com várias roupagens culturais, sofrendo alterações dadas pelas próprias culturas por possuírem concepções bastante particulares para aquilo que chamamos de infância, poderemos investigar as novas estratégias criadas pelas sociedades tradicionais para a garantia da vivência da infância de suas crianças num momento de globalização, de grande avanço tecnológico e circulação e consumo de informações que envolvem todos os povos.

No Maranhão, apesar da rica presença de indígenas no Estado compondo oito etnias⁵, não há quaisquer registros acadêmico-científicos da vivência da infância pelas crianças indígenas que nos ajude a pensar sobre o trabalho realizado por elas, a aprendizagem e a ludicidade, além do processo de socialização que se garante por meios distintos daqueles vivenciados na infância camponesa ou nas grandes cidades. Sendo um destes meios os rituais de iniciação e passagem.

Diante disso, compreendemos a necessidade de um estudo detalhado da infância vivenciada pelas crianças indígenas Gavião-Pikopjê do Maranhão, com caráter sócio-antropológico que deverá lançar luz sobre os estudos até então realizados no país no que diz respeito à pluralidade dos modos de ser criança e a diversidade e heterogeneidade que a experiência com a infância pode assumir. Além disso, esse estudo registra aspectos gerais da cultura Gavião-Pikopjê, uma vez que a nossa análise

⁵ No Maranhão estão presentes as etnias Guajajara-Tentehar, Canela Apaniekrá, Canela Rankonkamekra, Krikati, Gavião-Pikopjê, Kaapor-Urubu, Awá-Guajá e Timbira. Elas formam um total de 25.000 índios em onze terras indígenas reconhecida. A etnia Tentehar-Guajajara é a que contempla o maior contingente populacional.



parte da perspectiva de que não se pode estudar a infância numa abordagem cultural isolada dos demais aspectos culturais do grupo que a envolve.

Os estudos sobre a Infância

Ao longo do tempo a infância foi analisada por uma série de pensadores, como Santo Agostinho (2001), Descartes e Rousseau (1995), que se preocupavam, essencialmente, com uma definição de infância que tratasse da “natureza da criança”, boa ou má, de modo que os saberes sobre a infância se desenvolveram em torno dessas duas idéias fundamentais.

Posteriormente, com o historicismo de Collodi (autor de Pinóquio) e Ariès, essas concepções de infância mudaram, a preocupação passou a ser com uma definição de infância pela sociedade e pela história.

As concepções clássicas como a de Collodi (1881) e Áries (1986) pensam a infância não como um dado natural. As novas concepções dos ocidentais sobre as coisas do mundo - considerando-as menos como elementos dados, imutáveis ou “naturais”, mas como situações e elementos historicamente construídos - exerceram uma mudança na forma de conceber a infância.

Nos séculos XIX e XX, já se falava no Ocidente sobre o que fazer com as crianças (agora sob um novo viés) em favor da comodidade dos adultos e da comunidade. No início do século XIX a infância já aparece como algo obtido por construção, especialmente aquela que a entrelaça com a cidade e com a escola (Ghiraldelli, 2001).

Com a obra de Collodi, a partir do século XX, a infância é recortada de modo menos rígido, pois é vista como algo dependente da construção histórica. Assim ela ressurge como algo para cuja constituição concorrem várias forças culturais contingentes. Percebe-se então que a infância não é algo natural e a própria idéia de “infância natural” é algo historicamente criado.

Philippe Áries em *História Social da Criança e da Família* (1986) fala da “descoberta da infância”, embora com essa expressão obscureça a idéia da “invenção da infância”. Isso nos remete ainda à infância como uma fase natural dos seres humanos, nunca antes percebida, mas que em certo momento se tornara perceptível para os intelectuais.

Em sua historiografia da infância, Ariès afirma que a descoberta da infância começou no século XIII. Até então “este era um período de transição logo ultrapassado,



e cuja lembrança também era logo perdida”. Portanto, apesar de ter existido sempre crianças, compreendidas como seres biológicos, nem sempre houve infância, categoria social inventada pela modernidade (ARIÉS, 1986).

Ariès trata a noção de infância como algo que vai sendo construído, criado a partir de novas formas de falar e sentir dos adultos em relação ao que fazem com as crianças. São as forças culturais contingentes que forjam a infância ou o “sentimento de infância”.

Conforme Ariès, até o século XIII não havia o sentimento de infância, mas sim a idéia de que a criança representava o adulto reduzido em tamanho e força – o adulto em miniatura. As suas vestimentas eram idênticas as dos adultos, apenas em número menor, demonstrando que há uma forte relação entre o traje e a compreensão daquilo que se representa.

A partir dos séculos XV e XVI, a infância, através da iconografia, passou a ser representada como a idade dos brinquedos e das brincadeiras. Assim, o termo infância tem sido imediatamente associado à fase dos jogos e brincadeiras, sendo, pois, a ocupação por brincadeira, concebida como condição para viver a infância, período de desenvolvimento do lúdico e da criatividade.

Em fins do século XVII uma mudança alterou o estado das coisas, passando a haver um respeito maior pela vida da criança. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação, com isso, a criança deixou de se misturar aos adultos e de aprender a vida com eles. Com a distância das crianças de sua família, imposta pelo regime escolar, surge uma afeição dos pais pelos filhos e a família passa a se organizar em torno da criança (ARIÉS, 1986). Com base em Ariès, não podemos esquecer que a visão que temos de infância é um conceito que surgiu na sociedade moderna, e foi construído historicamente.

Enquanto se fala muito comumente em “morte da infância”, como se esta fase do ciclo de vida estivesse simplesmente desaparecendo, na verdade, é com a pluralização dos modos de ser criança que nos deparamos, ou noutros termos, com a heterogeneização da infância enquanto categoria social geracional e com a atuação das crianças em novos papéis sociais.

Sabe-se desde sempre, que as crianças transportam consigo o peso da sociedade que lhes é legado pelos adultos, embora o façam a todo instante incorporando a estas normas e regras, a renovação.



O mais importante é que a prática da infância não deve ser pensada a partir de uma verdade teórica que nos pretenda dizer “o que é infância”. Não há uma verdadeira definição de infância. O significado de ser criança varia muito de um lugar para outro. Por isso, acreditamos que a infância é uma categoria que só está em vigor no espaço social em que é estabelecida, negociada, desestabilizada, reconstruída e, claro, legitimada.

A invenção de uma definição fechada de infância mataria a vivência da mesma, pois, qualquer tentativa de invenção de uma definição deste tipo, corre o risco de excluir crianças deste ciclo de vida. É como se não nos déssemos conta de que as culturas da infância são também objetos de pluralização e de diferenciação.

Propor uma definição de infância do tipo fechada, que se deseja universal é arriscado, sob pena de recairmos no etnocentrismo e julgarmos a prática diversificada da infância a partir de uma definição inventada pelo Ocidente, para ocupar nossas crianças - com jogos, brinquedos e brincadeiras - e para a comodidade dos adultos.

Pensando na infância como fase por excelência da descoberta e vivência do lúdico, Lodoño afirma que “colaborando na construção do direito de tais crianças à infância, alguns autores estão sempre a perguntar ou a denunciar a suposta ausência do espaço para o riso e a brincadeira” (apud DEL PRIORI, 1996, p.7).

A tarefa do pesquisador ou teórico, não é a do “medidor de crianças” (COSTA, 1973). Afinal, se assim o fosse, a partir de que critérios exatamente definiríamos as nossas crianças?

A sociedade deve então reservar para as crianças um espaço, um direito de vivência da infância, sem para tanto perguntar ao teórico, ao pesquisador o que é verdadeira e objetivamente a infância. Principalmente porque essa concepção de infância reconhecida e legitimada pela ciência de modo geral é uma “concepção adultocêntrica”, na qual os adultos acreditam saber o que é melhor para as crianças, para a infância e, claro, para definir a ambas. Romper com a “concepção adultocêntrica” da infância é deixar às crianças a tarefa de dizer - através de suas práticas - em que consiste a infância e o ser criança.

Além de adultocêntrica, a concepção que temos de infância foi construída pela sociedade como um espaço de segurança e ludicidade, baseada em uma concepção idealista e protetora da infância. Essa infância idealizada não permite outras possibilidades históricas e culturais, como a vivência do lúdico ou do trabalho de diferenciadas formas.



O problema reside na concepção de que existe uma maneira correta, adequada, apropriada de se vivenciar a infância. E esta maneira se fundamentaria na segurança exacerbada com o protecionismo dos adultos, na ludicidade plena restrita a posse dos objetos do universo infantil e na aprendizagem formal mediada necessariamente pela escola.

Especialmente numa sociedade diversificada como a que vivemos, as crianças desempenham os mais diversos papéis em contextos muito diferentes. Mas a idéia de infância da sociedade moderna foi universalizada pelas classes hegemônicas com base em seu padrão de criança que tem por referência critérios como uma forma definida de vivência do lúdico, a não realização de trabalhos e os modos de sociabilidade que são padronizados no interior dessas sociedades. Talvez seja necessário renunciar essa visão utilitarista da criança que “tem um futuro” e percebê-la como um cidadão do presente, sujeito de direitos assegurados como qualquer outro ser humano.

O Trabalho e sua condição histórica

Tomar a categoria trabalho como objeto de reflexão na atualidade, pode não parecer, a princípio, uma proposta original, haja vista o número de estudos que têm surgido na tentativa de pensar as modificações ocorridas no modo de apreender esta categoria.

Segundo Max Weber, por mais variados ou detalhados que sejam os estudos realizados sobre um tema, nenhum aspecto pode ser esgotado por inteiro, posto que haverá sempre um novo ângulo ou uma nova ótica sob a qual o assunto poderá ser visto (Cohn, 1979). Esta postura metodológica de Weber é aplicável há qualquer Objeto. Acredito que no caso do trabalho realizado pelas crianças indígenas essa afirmação é válida, uma vez que os inúmeros estudos sobre o trabalho infantil não se dedicam muito ao caso das crianças indígenas e não lidam, em sua maioria, com a possibilidade de um trabalho infantil que não explore as crianças.

Todas as culturas e sociedades possuem um modo próprio de lidar com a produção social, por isso, o trabalho se manifesta nas mais variadas formas e ocupa o imaginário do ser humano. Falar sobre este tema não é tarefa fácil devido à riqueza e quantidade de atributos que incidem sobre a noção de trabalho, que vão desde questões mais tangíveis às mais abstratas.

O trabalho adquire valores diferenciados para diferentes povos nas mais diversas etnias, culturas, religiões e sistemas políticos. Estes valores a ele atribuídos



dependem da forma como o trabalho se encontra estruturado em cada sociedade. Na sociedade moderna, é considerado responsável por forte sentimento de realização e utilidade para todos os que o desenvolvem. Mas sua âncora ainda é a exploração e separação dos homens dos meios de produção.

Na atual sociedade caracterizada pelo capitalismo, o trabalho e suas relações adquiriram enorme complexidade estando isso sempre associado à forte exploração de mão-de-obra. A crescente exigência de consumo da sociedade moderna e a desigualdade sócio-econômica da sociedade capitalista não desenvolvida aparecem nas mais variadas formas.

Por conta disso, além da utilização do trabalho adulto, o capitalismo estendeu a exploração às crianças, consideradas mão-de-obra barata. Essa mão-de-obra passou a ser usada nas fábricas, oficinas, olarias, canaviais, e etc. A partir de então, tornou-se polêmica a discussão sobre o trabalho infantil.

Este tipo de trabalho não é uma “invenção” da sociedade moderna nem tampouco do capitalismo. Sabemos do trabalho realizado por crianças em tribos indígenas, no sistema feudal, etc. Todavia, no caso do trabalho indígena infantil, este está revestido de um princípio socializador. Já nos sistemas escravistas e no sistema feudal podemos observar a árdua exploração própria do processo produtivo.

Na sociedade industrial (rural e urbana) o trabalho infantil perdeu quase que por completo seu caráter socializador, tornando-se principalmente exploração, gerador de lucro e/ou excedente.

Com a extensão da exploração capitalista do trabalho infantil iniciou-se uma polêmica discussão. Se a grande jornada de trabalho, as más condições para a realização deste, além mesmo do grande número de acidentes ocorridos durante a realização do trabalho, já eram assustadores quando envolviam adultos empregados e explorados por todo o mundo, a utilização do trabalho infantil sensibilizou e preocupou o senso comum em geral, os meios de comunicação de massa e a ciência.

Mas afinal, a que tipos de trabalhos se referem as grandes teorias que falam sobre a exploração da mão-de-obra humana? Será a exploração característica definidora do que se entende por trabalho? Estará a exploração presente em todas as formas de trabalho?

Ao longo da história, as ciências sociais através de autores como Karl Marx, tomaram o trabalho como categoria importante para a compreensão do modo de produção capitalista. Devido à forte influência que Karl Marx exerceu sobre o estudo do



sistema capitalista e do trabalho, a perspectiva marxiana de trabalho alienado e de sua exploração pode ser estendida aos mais diversos modos de produção e as mais diversas culturas.

O fato é que desde a análise marxiana do trabalho, produzida em um determinado momento da história social em que a humanidade caminhava para o auge do sistema capitalista, este conceito passou a ser associado à essência mesma de toda a riqueza material, e não apenas na sociedade capitalista.

Marx o define: “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho”. (Marx, 1978: 3) Esse trabalho seria o responsável por qualquer riqueza adquirida.

Todavia, compreender o trabalho apenas a partir da perspectiva da produção de riqueza não deixaria a margem uma série de variáveis igualmente importantes? Não obstante todas as transformações por que vem passando o capitalismo ao longo do tempo, o trabalho continua como premissa e fundamento do sistema capitalista. A noção de trabalho está vinculada tanto a produção de riqueza quanto à exploração envolvida no processo produtivo.

Entretanto, a concepção marxiana da exploração do trabalho é clara: essa exploração só existe com a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pois toda relação de exploração exige a existência de exploradores e de explorados. Isto é, o sentido de ser dessa exploração era a maximização do lucro e a produção de mais valia por parte dos explorados que precisavam vender sua força de trabalho aos exploradores detentores dos meios de produção.

Sem a dissociação dos meios de produção, os trabalhadores poderiam trabalhar de modo autônomo, obtendo o necessário para a sua sobrevivência sem ter que vender sua força de trabalho. Assim, a exploração do trabalho perdia a razão de ser, havia neste caso, a divisão do trabalho entre os próprios membros da família.

Ora, se a noção de exploração do trabalho envolve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção e a venda da sua força de trabalho, os trabalhos desenvolvidos na moderna sociedade capitalista onde não há dissociação dos trabalhadores dos meios de produção exigem metodologia de análise diferenciada. Este é o caso, por exemplo, do trabalho realizado pelas crianças indígenas.

O que interessa especificamente a esta pesquisa é o uso da mão de obra das crianças como característica fundamental da cultura indígena. Mesmo que estes trabalhos sejam diversificados para cada membro da família de acordo com a fase do



ciclo de vida em que ele está. Neste contexto, o trabalho infantil é essencialmente socializador.

Nestas comunidades, o trabalho ainda tem um grande valor moral, é a riqueza simbólica passada a estas crianças. De acordo com Neves:

Há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta (Neves, 1999: 10-11).

Assim, o trabalho infantil pode representar um saber transmitido de geração a geração como valor moral, que orienta a maneira de ser dos indivíduos, num determinado grupo social.

O Trabalho infantil

Na sociedade contemporânea é comum encontrarmos denúncias desde os meios de comunicação até na própria academia, de um trabalho infantil explorador e violento, típico da sociedade capitalista. Estes estudos afirmam, de forma generalizadora, que todo trabalho realizado durante a infância é violento e prejudicial nessa fase do ciclo de vida.

Assim, o tema tem se tornado cada vez mais comum nas academias, publicações e nos debates científicos. Os meios de comunicação de massa divulgam frequentemente números assustadores em manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais denunciando maus tratos, violência e exploração do trabalho infantil. Denuncia-se que a realização de um trabalho durante a infância conduz a usurpação desta fase e/ou ciclo de vida, massacrando este período da vida das crianças denominado “infância” e revelando uma “infância perdida”.

Isto ocorre também devido à noção que se tem da infância, que a associa ao lúdico, ao uso de brinquedos e a experiência das brincadeiras e que está condicionada a não vivência do trabalho. Também porque, antes das novas formas de pensar nascidas no Romantismo, nossa cultura parece ter designado como “brincar” uma atividade que



se opõe a “trabalhar” (Aristóteles, São Tomás) caracterizada por sua futilidade e oposição ao que é sério (Brougère, 2002).

Mas, o brincar e o trabalhar podem ocorrer simultaneamente. De acordo com Brougère (2002) “o caráter lúdico de um ato não vem da natureza do que é feito, mas da maneira como é feito”. Logo, o brincar não comporta nenhuma atividade instrumental que lhe seja própria. Assim, o que caracteriza o brincar é menos o que se busca do que o modo como se brinca, o estado de espírito com o que se brinca.

Em razão do que acontece nos plantios de cana e olarias, por exemplo, onde o trabalho não permite a vivência do lúdico pelas crianças, este tipo de interpretação do trabalho infantil explorador emerge nestas obras como responsável pela “infância perdida” das crianças em quaisquer circunstâncias.

Mas isso não é o que acontece quando o trabalho infantil é realizado em culturas onde os trabalhadores não estão dissociados dos meios de produção; quando este tipo de trabalho infantil não visa enriquecer os pais das crianças. Que outros valores estariam em jogo quando as crianças são levadas ao trabalho? Como pensar a disciplina e a socialização adquiridas na infância através do trabalho? Como refletir uma educação que não leve as crianças à ética, à disciplina e à responsabilidade do trabalho? E no caso das crianças indígenas como ficaria a questão da socialização através do trabalho realizado por estas? Este trabalho infantil seria realmente um problema social?

Conforme Neves (1999), o trabalho infantil “tem sido considerado símbolo do irreconhecimento de determinadas atividades produtivas penosas, realizadas por crianças e adolescentes” (Neves, 1999:09).

Nessa perspectiva, hoje temos inúmeras formas de trabalho infantil, mas que podem ser analisadas a partir de duas diferentes vertentes. O primeiro é o remunerado que é realizado em condições penosas por crianças e adolescentes, tendo, portanto, o caráter que impede o crescimento humano, seja no âmbito físico, social, moral e profissional. Visa apenas à exploração da mão-de-obra barata.

A outra forma de trabalho infantil, cujo caráter é eminentemente socializador, está fundamentada na transmissão de saberes e na construção de profissões e condição de aprendiz, este trabalho serve para socializar a criança e torná-la sucessor (Menezes, 2000:08).

De acordo com estas autoras, o uso da mão-de-obra infantil deve ser pensada a partir do tipo de trabalho, das condições de sua realização, de seus valores e do contexto geral, não deve ser generalizado, com o intuito de negativizá-lo ou enquadrá-lo a um



tipo que, de fato, usurpa a infância e explora as crianças, pois se corre o risco de defender uma visão deturpada da realidade.

A perspectiva negativista e generalizada do trabalho infantil pode ser pensada como resultante da ampliação da concepção marxiana de trabalho explorado, aos mais diversos âmbitos, às mais diversas formas de trabalho. Tento aqui, chamar a atenção para a particularidade do uso do trabalho infantil junto às crianças indígenas.

Diante da crescente exploração do trabalho infantil em todos os níveis e da marginalidade social pós anos 70, o trabalho infantil foi associado à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como “resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção” (Neves, 1999:10).

Com base nisso, haveria sentido a informação de que há exploração do trabalho infantil entre crianças indígenas? Há a relação patrão/empregado entre pais e filhos neste tipo de trabalho? Se não houve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pontapé inicial para qualquer relação de exploração, como pensar este trabalho realizado pelas crianças indígenas? Há, neste caso, a venda da força de trabalho infantil? Haverá a busca pela riqueza material? E por que outros valores materiais ou simbólicos? Se o trabalho destas crianças não visa enriquecer seus pais, porque razão essas crianças são levadas ao trabalho?

Acredito que devemos enfrentar o preconceito que entre nós, por graves razões sociais, separa as idéias de infância da de trabalho, principalmente por causa do fantasma da exploração infantil e da conseqüente perda do direito a educação escolar (Dantas, 1996:112).

Penso haver uma continuidade entre atividade lúdica e atividade produtiva, devendo, pois, estas duas, serem examinadas em movimento evolutivo, uma vez que as ações das crianças estão quase sempre situadas entre a brincadeira e o trabalho. Não contém, então, o trabalho um quê de lúdico?

Acredito que em alguns casos o trabalho infantil possui um significado que escapa inteiramente à ótica da exploração denunciada pelos autores marxistas. Este tipo de trabalho pode se resumir a pequenos serviços prestados a família, amigos e vizinhos.

Com efeito, entre os índios, os pequenos serviços emergem como valor fundamental na socialização das crianças antes do início da vida escolar, quando passam a vivenciar uma nova forma de socialização que não substitui a execução de um



trabalho, mas que o complementa, embora a socialização pelo trabalho continue a ser uma das mais importantes.

Não queremos com isso dizer que as referidas denúncias são falsas ou que não mereçam ser estudadas. Estas ocorrem tanto no campo, carvoarias, canaviais, olarias quanto na zona urbana, onde realmente há exploração do trabalho infantil, visando apenas o lucro, a baixo custo, sem nenhum intuito educativo e que deve ser combatido e denunciado.

O Trabalho envolve o corpo, os objetos, o tempo, o espaço e muita comunicação

Desde pequenas as crianças Gavião-Pykopjê são ensinadas a executar pequenas tarefas, que são, em sua maioria, domésticas. As crianças demonstram muita satisfação quando podem ajudar nas atividades dos pais, isto é visível nas expressões do rosto delas. O sentido atribuído ao trabalho pelas crianças indígenas e pelos seus pais é essencialmente de: utilidade, responsabilidade e disciplina. De fato, o trabalho emerge na vida destas crianças como uma das principais formas de socialização.

As crianças gostam de imitar o saber e o fazer adulto, e com isso elas aprendem a cumprir horários, cuidar dos índios menores, dos instrumentos de trabalho, obedecer aos mais velhos, conhecer e observar a natureza.

Executar qualquer trabalho entre eles é um modo de assumir responsabilidade. Embora estas pequenas crianças indígenas não tenham consciência disso e se deixem envolver muito mais pela magia de se sentirem úteis junto aos adultos.

Pensamos haver uma continuidade entre atividade lúdica e atividade produtiva, devendo, pois, estas duas, serem examinadas em movimento evolutivo, uma vez que as ações das crianças estão quase sempre situadas entre a brincadeira e o trabalho.

O trabalho infantil na aldeia não é usado para fins perverso e explorador, outros valores estão em jogo quando elas executam pequenas tarefas, serviços domésticos nos arredores da casa ou participam ativamente da vida produtiva. Entre estes valores, a socialização e a aprendizagem ocupam lugar de destaque na preparação das crianças para a vida adulta nas aldeias indígenas.

A vivência da infância pelas crianças Gavião-Pykopjê é marcada por um permanente esforço de comunicação. Isto porque somente através da comunicação as crianças conseguem aprender, brincar, trocar informações. E dessa forma, são inseridas na própria cultura indígena e na vida adulta.



Lá na aldeia existe uma aprendizagem no âmbito informal e outra no formal; a primeira é ensinada pelos pais e a segunda na escola. No entanto, isso não tira em nenhum momento a liberdade das crianças quando elas resolvem desenvolver certas atividades, mesmo quando essas atividades são consideradas difíceis pelos próprios adultos. De longe as crianças observam e se põem a fazer ainda que não seja de fácil execução.

Exemplo disso, é que desde criança, meninos e meninas Gavião-Pykopjê se familiarizam com a cantoria, os rituais e a linguagem. O aprendizado em primeiro lugar da língua materna reforça a premissa da comunicação como fator de identificação das crianças Gavião-Pykopjê. Afinal, a comunicação entre as crianças entre si, os adultos e o universo que as cerca deve fortalecer a cultura na qual estão inseridas.

Primeiro as crianças aprendem a língua materna, depois o português. Essa ordem deve ser seguida. Todos os nascidos em alguma aldeia Gavião-Pykopjê estão sujeitos a códigos e leis próprias, que devem ser reconhecidas e respeitadas. Penso que o povo Gavião-Pykopjê compreende que o mundo em que vivemos não é homogêneo e por isso, eles tentam afirmar a identidade deles através da língua.

Mas há ruídos nessa comunicação, uma vez que a TV já está presente no cotidiano da aldeia. Assim, muitos dos comportamentos das crianças indígenas são reflexos daquilo que é visto nos programas televisivos, tal como as brincadeiras típicas da cidade como a ciranda, trenzinho e o voleibol.

Considerações Finais

Os estudos sobre o trabalho infantil estão sempre a tratar dos males provocados pela realização deste tipo de trabalho na sociedade capitalista, cuja essência está na aquisição da mais-valia e a mão de obra da criança aparece sempre como mais barata.

Raras vezes os estudos sobre os trabalhos realizados por crianças, se dedicam aos casos em que o trabalho emerge como principal dispositivo de socialização, sendo as tarefas realizadas pelas crianças um mecanismo de socialização sem qualquer intuito de acumular ou gerar riquezas para seus pais.

Isto se dá também porque, na cultura em que estão imersas não há dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, não existindo, portanto, a separação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores com a mão-de-obra para vender.



Como habitam reservas ambientais e indígenas, de uso coletivo, o povo Gavião-Pykopjê se utiliza praticamente do extrativismo como modo de subsistência, ficando a sobrevivência da família a cargo do trabalho de todos, inclusive das crianças.

O estudo das tarefas realizadas pelas crianças indígenas visa, então, o relativismo cultural a que se propõe a antropologia, pensando o trabalho infantil a partir do contexto em que se realiza, atentando para as diversas formas que ele assume de cultura para cultura e a importância que adquire para as crianças que o realizam, na aprendizagem do ofício de índio que assumirão quando adultos.

Acreditamos que dependendo da cultura de que se trata, o trabalho infantil pode aparecer como um dos sinais diacríticos que definem a infância, unindo-se à ludicidade e a aprendizagem, sendo este o caso da infância Gavião-Pykopjê, em que as tarefas realizadas pelas crianças adquirem forte caráter socializador e estão no cerne daquilo que a comunidade define como fazendo parte do ser criança indígena.

Referências

- ALVIM, Maria Rosilene B. “O trabalho Infantil”. In: **Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre os trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária**. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. **O trabalho Infantil: diversidade e exploração**. (Mimeo), s/d.
- ARANHA, Maria Lúcia. **Educação e trabalho no contexto da Terceira Revolução Industrial**. Sergipe: Editora UFS, 1999.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: obras escolhidas**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Rua de Mão única: obras escolhidas**. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- _____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002; (Coleção Espírito Crítico).
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. Coleção Questões de Nossa Época. SP: Cortez, 1995 (Coleção Questões de Nossa Época).
- _____. “A criança e a cultura lúdica”. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.) **O brincar e suas teorias**. SP: Pioneira, 2002.
- CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- COHN, Gabriel. (Org.) **Max Weber**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- COLLODI, Carlo. **As aventuras de Pinóquio**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- COSTA, M. V. **O Lugar Comum**. São Paulo: Desescrita, 1973.
- DANTAS, Heloysa. “Brincar e trabalhar”. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.



- FREITAS, M. C. & KUHLMANN JR., M. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GARCIA, Regina Leite. **Crianças: essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002; (Coleção Questões de Nossas Épocas; 61).
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Aplicada, 1989.
- GHIRALDELLI, JR., Paulo. “As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas”. **Revista do Centro de Educação**. V.26, n.º 02, 2001.
- _____. **Infância, educação e neoliberalismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Questões de Nossas Épocas).
- KRAMER, Sônia. & LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 3ª edição. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papyrus, 1996.
- LEITE, Maria Isabel F. Pereira. “O que falam de escola e saber as crianças da área rural? Um desafio da pesquisa de campo”. In: KRAMER, Sônia. & LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 3ª edição. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papyrus, 1996.
- MARTINS, José de Souza. (coord.) **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2ª edição. SP:Hucitec,1993.
- MARX, Karl. **O Capital**. RJ: Civilização Brasileira
- _____. “Terceiro Manuscrito”. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2ª edição. SP: Abril Cultural, 1978.
- _____. “Os efeitos desses progressos na situação da classe operária”. In: **O Capital**. 5ª edição. Edição resumida por Julião Borchardt. RJ: Zahar, 1978.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederich. “A consciência revolucionária da história. 1. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana”. In: **Marx & Engels**. SP: Ática, 1983.
- _____. **A história dos homens**. In: Marx & Engels. SP: Ática, 1983.
- MENEZES, Marilda Aparecida. **Socialização de Meninos e Meninas em Famílias Camponesas – 1960 a 1990**. (Mimeo:2000).
- MORAES FILHO, Evaristo. (Org.) **Simmel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP: Ática, 1983.
- NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.
- NUNES, Edson de O. **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Paralelo 15, 2000.
- Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores/IPEC**. Brasília: OIT, 2001.
- ROSA, Sanny S. da. **Brincar, Conhecer e Ensinar**. São Paulo: Cortez, 1998; (Coleção Questões de Nossa Época; 68).
- ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da Educação**. 3ª edição Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2001.
- SOUSA, Emilene L. “Trabalho é coisa séria. Brincadeira também: (Ou de como as crianças Capuxu trabalham brincando)”. In: **Anais do II Encontro de Pós-Graduação da América Latina**. São José dos Campos, 2002.
- WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.